

UM OLHAR SOBRE OS *IDEAIS EDUCATIVOS* CONSTITUÍDOS PELOS MOVIMENTOS ECOLOGISTAS NOS ANOS SETENTA.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso (UFSC)

NOAL, Fernando Oliveira (UFSC)

A década de setenta foi um período onde as ações de defesa ambiental se tornaram mais visíveis e disseminadas nas sociedades. Muitos estudiosos/as analisam essas ações constituindo-as como um movimento ecologista¹ (ME) do qual participavam muitos indivíduos representantes de diferentes esferas do social. Uma interessante peculiaridade que diferencia o ME de outros movimentos sociais e políticos e, portanto, valoriza o seu processo de análise exatamente por ser singular, é a inexistência de um corpo social² definido, ou seja, não há uma base objetiva forjada e instituída socialmente por suas lutas, ele é constituído através da interação de muitos corpos sociais, culturais e políticos de diferentes tipos de sociedade, regimes políticos e estilos de vida contemporâneos (Figueiredo, 1994).

Não há, assim como existe um corpo negro, homossexual, feminino, operário, indígena etc., um corpo ecológico, pois ele se configura a partir de um somatório de condutas, interesses e objetivos amplos que convergem em torno da questão ambiental.

Sobre o termo “movimento”, Schmitt (1995, p.100) argumenta que pode ser entendido como uma ação organizada, “capaz de mobilizar diferentes forças sociais em função de interesses comuns, trazendo para a esfera pública questões que colocam em jogo diferentes projetos de sociedade”. Nesse sentido, é possível visualizar a década de setenta como o momento de emergência do “movimento ecologista”, o que pressupõe entender, também, que os indivíduos a ele agregado compartilhavam idéias e executavam ações comuns.

¹ O objeto deste estudo pode ser referido sob várias denominações: movimento ambientalista, movimento ecológico, movimento conservacionista, movimento ecologista. Optou-se pela denominação de movimento ecologista sempre que for referido o mesmo, sem, contudo, ignorar as outras denominações que são bastante freqüentes.

A perspectiva pós-estruturalista³, por nós escolhida para olhar e operar uma análise deste momento considerado como de emergência do movimento ecologista, tem levado-nos a problematizar as compreensões que o caracterizam como fundamentado em propósitos únicos e convergentes - conforme sugere a própria definição de “movimento” apresentada anteriormente. Ou seja, passamos a entender que na década de setenta os propósitos e ações relativos ao ambiente não só se diferenciavam das iniciativas anteriores⁴ - que possuíam menor abrangência, tanto no que tange ao número de sujeitos que delas participaram, quanto a sua penetração e circulação nas instâncias sociais -, mas também compreendiam posicionamentos e propósitos múltiplos. Disso decorreu a compreensão de que deveríamos passar a referir-nos a ela - a década de setenta - não como a época de emergência do movimento ecologista, mas dos movimentos ecologistas, situação que passamos a discutir logo a seguir. Antes disso, no entanto, é preciso referir que para alcançar tal compreensão precisamos, anteriormente, operar um deslocamento no próprio significado atribuído ao termo movimento - nós o utilizamos aqui para marcar um momento de ruptura - para diferenciar as ações ocorridas neste momento (a década de setenta) das ações e lutas anteriormente encetadas para a defesa ambiental. O próprio fato de conceber a década de setenta como “a década do movimento ecologista” já implica em um entendimento de que há uma ruptura com momentos anteriores.

Compartilhamos dos entendimentos de Schimitt (1995) quando ela argumenta que na década de setenta constituíram-se outros modos de realizar ações em defesa do ambiente. Também concordamos com ela, quando destaca que os movimentos desta época constituíram - ao assumirem posições críticas em relação aos modos de vida da civilização urbano-industrial - um leque muito maior de contestações do que os anteriores, entre os

² Corpo social é utilizado aqui no sentido de grupo social vinculado ao gênero, credo, local de moradia, opção sexual, grupo de trabalho etc.

³ Segundo Silva (1999), “aquilo que se entende hoje por pós-estruturalismo deve sua definição, sem dúvida, principalmente aos trabalhos de Foucault e Derrida” (p.129). Nesta perspectiva, as práticas sociais, os nossos entendimentos sobre as realidades e os sujeitos sociais, tudo passa ser visto como resultado de um processo de produção cultural e social. Assim, nada é tido como natural, imutável ou dado para todo o sempre. É este processo de *desnaturalização* que buscamos operar em nossas análises.

⁴ Sobre as iniciativas em defesa do ambiente anteriores aos anos setenta, ver Guimarães (1998) e Noal (1999).

quais estão: o combate às inúmeras formas de poluição ambiental e ao uso de agrotóxicos - aspectos que até então não haviam sido questionados. Além disso, compartilhamos com a autora a idéia de que foi também nesse momento que a Ecologia passou a ser concebida como a Ciência da sobrevivência humana, a partir da qual passou-se a postular a idéia de existência de uma nova moral - a ecológica.

Parece-nos importante referir, agora, as contribuições trazidas pelo trabalho de Carvalho (1997) que analisa os movimentos ecológicos da década de setenta, situando-os em relação a outros movimentos de contestação contemporâneos a eles. Ela os vê constituírem-se posteriormente à emergência dos movimentos feministas, pacifistas, hippies etc - movimentos de contracultura muito visíveis a partir da década de sessenta - e associa as raízes ideológicas dos movimentos ecologistas a estes movimentos ao considerar que todos eles compartilhavam a idéia de contestação das noções de progresso, de industrialização e de consumo. Embora concordamos com as posições de Carvalho (ibid.), pensamos que constituir tais movimentos como contestatórios diz respeito, apenas, a desenredar um dos fios - as contestações ao consumo, por exemplo - dentre os muitos outros que compuseram os ideais educativos atrelados ao ambiente – que chamaremos de educativo-ambiental⁵ - naquela década. Enredadas nesta trama estão outras problemáticas como as que dizem respeito à participação das mulheres, às contribuições da Ciência e às questões étnicas. Dentre estas, examinaremos neste trabalho o educativo-ambiental atrelado ao consumo. Antes disso, mostraremos a diversidade de movimentos existentes naquela época e examinaremos o sentido educativo-ambiental constituído a partir da idéia dos movimentos ecologistas como unitário, ou seja, como “o movimento ecologista”.

Sobre a emergência dos movimentos ecologistas no Rio Grande do Sul.

Passamos, agora, a marcar o sentido da nossa afirmação de que na década de setenta ocorreram diversos movimentos ecologistas. Faremos a apresentação destes movimentos e,

⁵ Chamamos *educativo-ambientais* todos os entendimentos sobre educação – os ideais educativos – defendidos pelos movimentos ecologistas na década de setenta. Esta categoria foi construída por nós em razão da impossibilidade de falarmos em educação ambiental naquela época. Apenas posteriormente a educação ambiental se constituiu como um campo de estudos e práticas.

a partir de Grün (1995), abordaremos acontecimentos daquela época tentando mostrar a importância dos discursos circulantes na constituição do educativo-ambiental.

Na visão dos/as militantes dos movimentos ecologistas nos anos setenta⁶, o processo de emergência “do movimento ecologista” iniciou-se no ano de 1971 com o surgimento da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Tal compreensão vinculou os movimentos surgidos posteriormente a esta data, à influência das ações da AGAPAN. Relativizamos esta influência ao argumentarmos que os diferentes movimentos emergentes naquela década também foram constituídos pelo que Grün (1995) chamou de discursos que confluíram de práticas discursivas eco-matemáticas de mensuração da degradação ambiental - produzidas pelas Ciências - e das que disseminavam a idéia de que o planeta estaria caminhando para uma catástrofe de proporções irreversíveis se a degradação ambiental não fosse controlada imediatamente. Estas práticas discursivas disseminavam-se por uma literatura circulante na época⁷ que mostrava, através de dados matemáticos, a insustentabilidade do planeta caso os modos de vida da sociedade urbano-industrial continuassem sendo projetados por noções como progresso, industrialização e consumo.

A AGAPAN foi, sem dúvida, uma das entidades mais importantes surgidas naquela década. A ela agregaram-se efetivamente indivíduos que representavam diferentes grupos sociais. A entidade - cuja sede central localizava-se em Porto Alegre - expandiu-se sob a forma de unidades regionais organizadas no interior do Estado, sendo que estes núcleos posteriormente desvincularam-se dela e passaram a constituir movimentos independentes. Talvez isto tenha ocorrido devido à pluralidade dos sujeitos que deles participavam - visto que agregavam sujeitos com participações e interesses bastante diversos. A AGAPAN reunia pessoas que participavam de uma associação de naturalistas que desenvolviam ações no intuito de viver em contato com a natureza; professores universitários e cientistas que desenvolviam ações no campo da Botânica, da Química, da Física, da Agronomia etc; estudantes universitários de várias áreas acadêmicas e estudantes secundaristas;

⁶ Foram realizadas coletas de depoimentos orais com alguns dos sujeitos considerados precursores do processo de emergência dos movimentos ecologistas no Rio Grande do Sul nos anos setenta.

profissionais que desenvolviam projetos na área da engenharia, arquitetura etc; e sujeitos filiados às diversas correntes políticas como as provenientes da Arena (frente política de sustentação dos governos militares a partir da década de sessenta) e do MDB (frente que reunia as oposições).

Uma outra entidade importante na década de setenta foi a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG). Atuante desde a década de sessenta, esta entidade estava inicialmente voltada apenas às mulheres, “donas de casa”, residentes nas periferias de Porto Alegre, para as quais realizava ações que compreendiam o ensino de alguns trabalhos manuais com o intuito de auxiliá-las a melhorar o orçamento familiar. Além disso, a entidade promovia palestras educativas, organizava atividades de formação cívica e diversas ações de caráter assistencialista - todas desenvolvidas junto a clubes de mães. A partir de 1974, no entanto, a ADFG instituiu um setor de ecologia que se transformou, posteriormente, no principal desencadeador das ações da entidade. Em 1981, a entidade tornou-se membro do grupo “Friends of the Earth International” incorporando à sigla ADFG o nome: Amigos da Terra.

Pelo que foi pesquisado, até meados da década de setenta as ações ambientais desenvolvidas no Estado resumiam-se a estas duas entidades. Segundo um panfleto editado por elas em 1978, a AGAPAN e a ADFG haviam convocado uma “operação” com o intuito de denunciar e exigir providências do governo federal sobre um grande derramamento de produtos químicos em mares do sul do continente Americano. Este desastre ecológico afetara praias ao sul do Estado, tendo sido provocado por um navio que estava há sete anos encalhado nas imediações do município de Chuí/RS. A ação organizada intitulou-se “Operação Hermenegildo: Movimento Unificado para Salvar o Ambiente Natural” e, segundo os/as depoentes, ela foi a impulsionadora do surgimento de outras entidades ecologistas e a desencadeadora do crescimento das já existentes.

Para os/as depoentes, muitas das entidades surgidas naquele momento foram efêmeras - constituídas em torno de lutas ou causas específicas - por isto, posteriormente, desarticuladas com facilidade. Como exemplo, eles/elas citaram as entidades que surgiram

⁷Dois livros dessa época são bastante referidos pelos/as depoentes: *Antes que a Natureza Morra* de Jean Dorst e *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson.

para contestar os efeitos poluidores da implantação da Borregaard - uma fábrica de beneficiamento de celulose pertencente a um grupo norueguês (atualmente Riocell) -, a implantação do Pólo Petroquímico no Estado, o uso de agrotóxicos nas lavouras etc.

Alguns outros movimentos como o Kaa-Eté - cuja expressão significa mata-virgem em tupi-guarani - constituíram-se posteriormente e tiveram a peculiaridade de se organizarem dentro da escola. Este movimento, além de realizar ações restritas às dependências da Escola Estadual Júlio de Castilhos - sua sede - cresceu em importância e passou a participar de ações conjuntas com os outros movimentos ecologistas, ganhando força e representatividade junto à própria AGAPAN.

É interessante destacar a intensa proliferação de movimentos ecologistas na década de setenta. A este respeito, é igualmente interessante ressaltar que os/as depoentes referiram o surgimento de várias “entidades ecologistas”, mesmo que tenham sempre falado no “movimento ecologista” - no singular - como se ele fosse constituído pela soma destas entidades e unitário, no sentido de que todas partilhavam de uma mesma intenção: instaurar uma visão ecológica sobre o mundo.

As análises mostraram-nos o quanto eles se diferenciavam. Alguns surgiram para defender causas específicas; outros, como a ADFG, direcionavam suas ações a grupos restritos (às mulheres donas de casa); o Kaa-Eté congregava uma categoria específica de sujeitos - os estudantes do ensino médio; até dentro da AGAPAN os interesses eram diferenciados (alguns membros preocupavam-se com salvamento das baleias, outros/as queriam divulgar suas pesquisas acadêmicas, outros/as, ainda, preocupavam-se com as populações indígenas etc).

Esta pulverização de intenções vislumbrada nos movimentos ecologistas da década de setenta se explicitou com alguma clareza, quando constatamos o número de entidades que assinaram, em 1985, um panfleto que articulava a campanha internacional contra o uso de agrotóxicos e em defesa de uma agricultura ecológica. Eram elas na ordem de assinatura: ADFG-Amigos da Terra (Consciência e Ação); AGAPAN (A vida sempre em primeiro lugar); ANAI (A salvação do índio está na consciência do branco); Associação Ecologista Em Nome do Amor à Natureza; Cooperativa Coolméia (Ecologismo no dia a dia); Grupo

Ecológico Deite na Grama; Grupo Ecológico Kaa-Eté (Não deprede a mata virgem), MEI (Seja ativo na defesa da vida) e o Movimento Ecológico Pró-Vida.

É interessante atentar para os nomes das entidades representadas e para as palavras de ordem que as caracterizavam. Estavam vinculadas a quatro conceitos principais: natureza, vida, consciência e ação. Este entendimento permitiu-nos construir uma caracterização sobre o que se constituiu no educativo-ambiental neste período: um conjunto de ações que levaria as pessoas à conscientização sobre as melhores formas de se relacionarem com o ambiente natural e, dessa forma, protegerem a própria continuidade da vida.

Os discursos catastróficos circulantes naquele momento vincularam os movimentos ecologistas à necessidade de proteger a natureza e a própria continuidade da vida no planeta. Assim, a conscientização das pessoas sobre os problemas ambientais passou a ser vista como um importante objetivo a ser implantado pelos movimentos. De modo semelhante aos outros movimentos de contestação do período, este processo desencadeou-se em ações desenvolvidas, principalmente, nas ruas - vistas como espaços privilegiados para promover o “despertar das consciências” - e dar visibilidade às reivindicações, no intuito de pressionar as decisões governamentais em relação à tomada de providências a respeito das várias reivindicações que eram feitas. Um fato ocorrido em 1975, em Porto Alegre, pode ser considerado como um exemplo marcante desses entendimentos: um estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - membro da AGAPAN - subiu em uma árvore para evitar o seu corte que era necessário, segundo uma equipe da administração municipal da época, para a construção de um viaduto. Em torno dele, reuniram-se os manifestantes ecologistas, os operários, as autoridades municipais e de segurança pública. A imprensa deu grande destaque ao fato. Parece-nos que neste ato - pouco pretensioso - articularam-se os ideais de contestação, de proteção ao ambiente natural e de preservação da vida dos futuros habitantes da cidade, ideais esses considerados necessários à conscientização das pessoas.

Ocupamo-nos até agora em mostrar em que sentido entendemos o que chamamos de multiplicidade dos movimentos ecologistas. Caracterizamos, também, alguns ideais educativos constituídos por estes movimentos naquela época. Passamos, agora, ao exame

da trama que constituiu o educativo-ambiental naquele momento, focalizando-o em relação ao consumo.

O educativo-ambiental e o consumo: instituindo novos valores e uma nova moral - a ecológica

A partir da década de setenta, os movimentos ecologistas apresentavam o consumo como um dos principais causadores do desequilíbrio ambiental. Circulava nos textos e discussões a idéia de que a sociedade caracterizava-se pelo consumo, o que, por sua vez, promovia formas de comportamento indesejáveis para a sustentabilidade do ambiente natural. O ato de consumir era visto como algo a ser controlado, por colocar em risco, além da natureza, a própria sobrevivência humana. Entre os defensores do ambiente instaurou-se a compreensão de que novos valores - não consumistas - e uma nova moral - a ecológica - deveriam ser urgentemente constituídos nas sociedades. Tornava-se, então, necessário desenvolver ações para efetivar a transmissão de tais valores e promover a conscientização das pessoas para a importância de sua incorporação, a fim de viverem sob a égide dessa nova ordem moral.

O educativo-ambiental foi concebido, então, naquele momento, como um processo ligado a essa ação conscientizadora, cujo ideal era alcançar um estágio de conscientização plena, pois, somente assim, ocorreria a mudança dos valores, das atitudes e da moral de todas as pessoas. Este entendimento educativo-ambiental constituía-se, então, no “fundamento” motivador dos sujeitos para o desenvolvimento de suas ações ecologistas.

Apresentamos abaixo, recortes feitos na obra “Fim do Futuro? Manifesto ecológico brasileiro” de José Lutzemberger, na qual é possível perceber quais falas vinculavam o que estamos chamando de princípio “educativo-ambiental” ao consumo, naquela época:

(...) O progresso do homem moderno não é senão uma orgia de consumo acelerado de capital, com aumento paralelo na vulnerabilidade do sistema. (...) A religião da Sociedade de Consumo, a religião do progresso, (...) promove formas de comportamento que levam a situações desequilibradas, cada vez mais insustentáveis... (...) Estas concepções desenvolvimentistas são muito recentes, surgiram após a guerra de 1939-45, mas decorrem do dogma fundamental que postula a necessidade do ‘crescimento’ ilimitado. Produção, consumo e população não podem parar de crescer. (...) Por isso, o descontrole decorrente de nossas atitudes atuais só terá solução na mudança de atitudes, no reexame de nossos valores, na redefinição de progresso e desenvolvimento. (...) Fundamentalmente, a solução dos problemas ambientais está na educação (Lutzemberger, 1977).

Nestes recortes está presente a idéia do consumo como um mal, que pode e deve ser corrigido através da educação, que circulava nos movimentos ecologistas, bem como, por outras instâncias do social. É importante marcar que uma trama complexa de discursos foi operada na constituição do consumo como uma problemática educativo-ambiental. Os ideais modernos de conscientização, autonomia, e de alcance de uma moral universal, ligaram-se fortemente aos discursos provenientes da ciência ecológica que enunciavam, através de dados matemáticos, os desequilíbrios causados pela ação humana aos ecossistemas, vistos como espaços em que as populações de seres vivos e o ambiente estavam em equilíbrio e harmonia. Desta trama, também participaram os discursos catastrofistas que atribuíam aos modos de vida e aos valores do homem moderno a responsabilidade de causar danos irreparáveis ao ambiente e de impossibilitar a própria continuidade da vida no planeta. O ato de consumir emergiu dela como uma das causas da “crise ecológica”, que só poderia ser controlada por um processo educativo conscientizador. Ao mesmo tempo em que o consumo passou a ser visto como um obstáculo a ser transposto - visão que promovia uma crítica ao paradigma moderno que o criou -, as formas de desencadear esse processo eram concebidas no interior deste mesmo paradigma moderno, através dos ideais de racionalidade, conscientização, autonomia e de constituição de uma moral universal.

Muitas considerações sobre o consumo vão além daquelas que o enxergam, simplesmente, como atrelado a relações de produção e reprodução social – perspectivas frequentes de análises marxistas sobre o consumo na década de setenta. A perspectiva defendida pelos movimentos contestatórios, como os movimentos ecologistas, relativizaram a soberania da dimensão econômica nas análises sobre o consumo. Acreditamos ser importante apresentar uma perspectiva mais atual que o situe em outra dimensão. Esta pode ser encontrada nos trabalhos de Canclini (1996), que opera suas análises a partir de algumas contribuições da chamada pós-modernidade. Para este estudioso, o consumo deve ser visto não apenas como aquisição de mercadorias ou objetos, mas, também e, principalmente, como um conceito que envolve processos de comunicação e recepção de bens simbólicos, não podendo ser reduzido a um determinante de comportamentos indesejáveis que devam

ser normatizados - tal como foi enunciado na década de setenta pelos movimentos contestatários como os ecologistas. O consumo passa a ser concebido com uma maior complexidade, pois deixa de ser visto como uma simples apropriação de mercadorias, ao incluir entre estas, as mercadorias culturais - os bens simbólicos. Segundo Canclini (1996) “o consumo serve para pensar”, no sentido de possibilitar uma ordenação daquilo que desejamos. Para o autor, se o consumo tornou-se um lugar onde freqüentemente é difícil pensar, “o motivo está na liberação do seu cenário ao jogo pretensamente livre, ou seja, feroz, entre as forças de mercado”. Neste sentido, este estudioso associa-o a um possível exercício de cidadania, construído a partir de um alargamento na política de representações dos bens e mensagens culturais e da ampla participação da sociedade civil nas decisões sobre estas produções simbólicas, materiais e, portanto, políticas.

Tais entendimentos sobre o consumo são considerados no trabalho de Amaral (1997). Em suas análises sobre as representações de natureza na mídia, a autora percebe que são determinadas visões sobre “natureza” e “cultura” que nos são “vendidas” através dos discursos publicitários. Nessa perspectiva, somos interpelados por estes discursos através das representações por eles produzidas e, desta forma, somos levados a “comprar” idéias de supremacia da cultura sobre a natureza, ou mesmo sobre o que é “natural” e “civilizado”. Nesse olhar, o consumo passa a ser visto como atrelado às práticas de representação.

Tudo o que foi ressaltado até aqui permite-nos olhar para os movimentos ecologistas da década de setenta como imersos em ideais modernos. De certa forma, a contestação ao consumo, tramada aos discursos sobre a ecologia, a moral e, também, aos discursos catastróficos, produziu as ações e as impressões sobre o educativo-ambiental na década de setenta. Como enfatizamos ao longo deste item, a reorganização de valores e atitudes foi vista como um objetivo a ser conquistado através da conscientização dos indivíduos. Esse processo educativo revestiu-se de um estatuto de universalidade, ou seja, tais valores e atitudes foram entendidos como fundamentados em uma nova moral - a ecológica - que deveria passar a nortear as ações de todos os sujeitos. Os questionamentos defendidos por Canclini (1996), permitem relativizar essa construção e conceber o consumo como um campo onde diversos valores e atitudes podem ser colocados em disputa. Talvez, com a ampliação do espaço público e, por isso, com um maior controle e alargamento das

representações, o consumo poderá ser visto como um campo político de luta por qual representação “comprar”.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, M. B. *Representações de natureza e a educação pela mídia*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. Dissertação. Mestrado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.
- CANCLINI, N.G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- CARVALHO, I.C.M. As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos para a educação ambiental. In: PADUA, S. M., TABANEZ, M. F. (orgs.) *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: IPE, 1997.
- CARVALHO, I. C. M., SCOTTO, G. (coords.) *Conflitos sócio-ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.
- FIGUEIREDO, P. J. M. *A sociedade do lixo*. Piracicaba: Unimep, 1994.
- GRÜN, M. A produção discursiva sobre educação ambiental: terrorismo, arcaísmo e transcendentalismo. In: VEIGA-NETO, A. J. da (Org.) *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- GUIMARÃES, L. B. *O educativo nas ações, lutas e movimentos de defesa ambiental: uma história de descontinuidades*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação. Mestrado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- LUTZEMBERGER, J. *Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro*. Porto Alegre: Movimento, 1977.
- NOAL, F. O. *O movimento ecologista no Rio Grande do Sul: uma abordagem histórico-social de sua trajetória no período 1970-1995*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Regional – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, 1999.
- PADUA, S. M., TABANEZ, M. F. (orgs.) *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: IPE, 1997.
- SCHIMITT, C. J. Organizações ambientalistas e conflitos sócio-ambientais no RS. In: CARVALHO, I. C. M.; SCOTTO, G. (coord.) *Conflitos sócio-ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.
- SILVA, T. T. (1999) *Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- VEIGA-NETO, A. J. da (1995) (Org.) *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina.